

ACTA 2/2015

Aprovada por maioria com 31 votos
 a favor, sendo 20 do PSD, 10 do PS, 2 CDU, 1 BE e 1 abstencões
 sendo 1 PSD e 1 CDU

--- Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em segunda sessão ordinária do ano de dois mil e quinze, no Edifício Municipal de Serviços, sito na Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Mafra (Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra), com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila Velha; 3) Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Ericeira; 4) Projecto de alteração da Tabela de Taxas do Município de Mafra - Artigo décimo segundo - Feiras de Levante — Reservados nas Feiras; 5) Assunção de compromissos plurianuais; 6) Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e quinze; 7) Relatórios e Contas do Ano de dois mil e catorze – Empresas Municipais e Associações; 8) Prestação Económica do Ano de dois mil e catorze. ---

--- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. -----

--- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Américo José Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Bela Castanheiro Pinto Costa; Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Aníbal Rolim Ferra; António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa; Cecília Maria Miranda Duarte; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Louro dos Santos, em substituição de Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José António Petulante Parente (Segundo Secretário); José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); José Manuel Antunes Graça; José Manuel Portela Tomás; José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria da Graça Novais de Figueiredo; Maria de Fátima Canoa Nunes Baião, em representação de Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira); Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; e, por último, Américo José Oliveira Peralta. Verificaram-se as ausências de Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros), Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira) e Pedro Miguel Fernandes Tomás, cujas faltas a mesa deliberou justificar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o período de **antes da ordem do dia**. Colocou à apreciação a **acta número um de dois mil e quinze**. --

--- O Senhor José Graça, relativamente à sua intervenção constante da página quatro, solicitou que a palavra "estaticamente" fosse substituída por "estatisticamente". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a correcção iria ser introduzida. -----

--- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta número um de dois mil e quinze. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Júlio Lopes fez uma intervenção alusiva ao

quadragésimo primeiro aniversário do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, que se anexa à presente acta com a denominação de ANEXO UM.

--- Interveio o Senhor José Martinez da Silva, declarando ser do tempo em que se tinha medo de falar, a saúde e a educação era um privilégio dos ricos, havia presos por delito de opinião e os presos políticos eram torturados. Lembrou que, nesse tempo, muitos jovens foram mandados para uma guerra injusta e injustificada. Caracterizou Portugal com um país injusto, desigual, fechado ao mundo, feito de trabalhadores explorados e de gente pobre e censurada. No entanto, declarou também ser do tempo em que o povo saiu para rua quando os militares diziam para ficar em casa, que libertou os presos políticos, que avançou para o controle das empresas em que trabalhava, que exigiu que a banca e os sectores básicos da economia fossem postos ao serviço do povo, que as terras incultas fossem cultivadas, que a saúde e a educação fossem para todos e tendencialmente gratuitas, que as freguesias e concelhos fossem geridas por homens e mulheres escolhidos democraticamente por si e que elegeu uma Assembleia da República que consagrou na Constituição as suas conquistas. Todavia, outros tempos vieram que colocaram em causa estas conquistas. Por isso, disse que é com mágoa que sente que voltou ao tempo em que os trabalhadores têm medo de perder os seus postos de trabalho, em que quem trabalha nos órgãos de comunicação social se autocensura, em que o Poder Local democrático é posto em causa por um espartilhar de leis que fazem deste uma continuidade do Poder Central, em que o direito à saúde e à educação estão condicionados, em que as privatizações têm servido para reduzir a produção nacional, em que a diminuição do investimento é resultado de uma política de austeridade que, dizem, é imposta pelos credores. Declarou que, contudo, este é também o tempo da esperança, de defender os ideais consagrados na Constituição, de romper com as obrigações que não dão os resultados anunciados, de rejeitar uma pseudo-competitividade que apenas transfere riqueza de quem trabalha para quem explora, de lutar pelo direito à saúde, à educação e à subsistência. É o tempo de uma política patriótica e de esquerda. Disse que as dificuldades não são comparáveis às dos seus primeiros tempos, porque hoje se pode resistir pela manifestação, pela greve, pelo voto e, se for caso disso, pela desobediência civil, conquistas de Abril. Concluindo, desejou um Vinte e Cinco de Abril cheio de esperança, exortou os autarcas de Mafra a credibilizar a classe política e declarou: viva o Vinte e Cinco de Abril, mesmo sem comemorações oficiais no Concelho. -----

--- Tomou a palavra o Senhor António Oliveira, saudando o Vinte e Cinco de Abril e os seus ideais, em particular a liberdade de acesso à informação, ainda que alguns políticos deles se tenham esquecido. Declarou que, na Câmara Municipal de Mafra, estes estão presentes quando se garante que os jovens possam estar informados em matéria de oportunidades escolares e profissionais, a exemplo da organização da Feira das Profissões integrada nas Jornadas da Juventude. De seguida, registou o sucesso do I Festival Internacional do Ouriço-do-mar na Ericeira, tanto a afluência nos restaurantes, como o destaque dado pela participação de *chefs* nacionais e internacionais. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, questionou se a autarquia pretende promover outros produtos endógenos. -----

--- Interveio o Senhor José Portela Tomás, começando por congratular o Executivo Municipal pela forma como está a tentar melhorar a imagem dos edifícios degradados na vila de Mafra, que há muito se verificava ser necessário, fazendo um paralelismo com a iniciativa por si desenvolvida, quando desempenhou funções de Vereador, na colocação de árvores na Avenida Vinte e Cinco de Abril. Referiu-se, de seguida, à existência de um edifício degradado na Rua Professor Guilherme de Assunção, em Mafra, que causa problemas de saúde pública. Embora tenha conhecimento de que o edifício seja privado, apelou a que seja feita uma intervenção. Seguidamente, informou que em Cheleiros, na estrada nacional, à direita no sentido sul-norte, se observa um muro que está em risco de queda, além do que quando chove, e porque não existe valeta, aumenta a perigosidade da circulação automóvel. Mais informou que na Achada, junto ao café "Catarino", o estacionamento é feito de forma abusiva, o que contribui para diminuir a visibilidade e causar acidentes. No que se refere à

CRIMA, apelou a que seja feita a intervenção para reposição da circulação nas duas faixas existentes para cada sentido, embora compreenda a existência de dificuldades técnicas e financeiras na execução da obra. De seguida, referiu que a Escola Básica do Milharado está sem climatização, há algum tempo, o que não assegura condições de conforto com tempo frio. No que se refere aos moinhos da Malveira, disse ter verificado que estão em mau estado de conservação, sendo oportuno que, do ponto de vista turístico, se coloque um deles em funcionamento. Ainda na Malveira, na Alameda Leite Pinto, mencionou que existe uma zona que está um pouco degradada, que precisa de intervenção. Por último, referindo-se à Venda do Pinheiro, deu nota de que existe um muro que, se fosse recuado, poderia dar uma outra dignidade na entrada da localidade. -----

--- Tomando a palavra, a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo efectuou duas intervenções, a primeira referente ao relatório de avaliação de dois mil e catorze do Estatuto do Direito de Oposição e a segunda relativa à apresentação, em nome da CDU, de uma recomendação no âmbito do combate à discriminação entre homens e mulheres nas competições desportivas, nos termos dos documentos que se anexam à acta, respectivamente com as denominações de ANEXO DOIS e ANEXO TRÊS. ----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sustentou que este órgão tem cumprido o Estatuto do Direito de Oposição. Não obstante, manifestou a sua disponibilidade para reunir com os líderes dos grupos municipais, a fim de se analisar a possibilidade de melhorar o acesso à informação. -----

--- Interveio a Senhora Dona Ana Teresa Silva, efectuando a leitura de uma moção, subscrita pelo PS, de saudação ao Primeiro de Maio, a qual se anexa à acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

---- No uso da palavra, a Senhora Dona Carla Galvão referiu-se a um acontecimento de grande importância para a comunidade mafrense, que foi a assinatura do protocolo para a instalação da Loja do Cidadão, neste mesmo edifício, o qual mantém a sua génese de serviço comunitário. Explicou que, além da Loja do Cidadão, aqui serão instalados os serviços das Finanças e da Segurança Social, bem como os serviços da Câmara Municipal actualmente sedeados no Palácio Nacional de Mafra e, sobretudo, da Assembleia Municipal, incluindo o salão nobre e gabinetes de trabalho. Destacou as excelentes condições deste edifício, em matéria de centralidade, proximidade e comodidade. Tendo este projecto por objectivo fundamental colocar o cidadão no centro dos serviços públicos, congratulou-se pela sua realização. -----

--- Tomando a palavra, o Senhor José Graça começou por, em nome do PS, associar-se às dez pequenas e médias empresas do Concelho de Mafra que foram distinguidas com o prémio PME Excelência, salientando que algumas delas são repetentes, o que atesta a sua fiabilidade. Dirigindo-se à mesa, solicitou esclarecimentos quanto a facto do apreciação do Inventário da Câmara Municipal não constar como ponto na ordem de trabalhos, quando a legislação em vigor assim o obriga. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, questionou qual é a posição do Executivo face à recente informação, transmitida por parte do Governo, relativamente ao aumento do preço da água para os municípios do litoral, em função da reestruturação do sector das águas, quando Mafra já é o vigésimo terceiro concelho do país com a água mais cara. Por último, apresentou uma proposta de voto de pesar pelo falecimento de Mariano Gago, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO CINCO. -----

--- Interveio o Senhor Aníbal Ferra, declarando que poderia, igualmente, ser guardado um minuto de silêncio pelas vítimas do mar mediterrâneo, acrescentando que, ainda que por razões não tão dramáticas, os portugueses hoje também saem do seu país para procurar melhores condições de vida. De seguida, lembrou que, assim como se comemora o Vinte e Cinco de Abril, se assinala o Dia do Livro, lamentando a forma como o actual Presidente da República tratou José Saramago e a falta de liberdade dos jornalistas nos dias de hoje, pelo que conclui que Abril ainda tem um largo caminho a percorrer. Disse que, desde que este Governo tomou posse, a educação, a saúde e as relações de trabalho estão piores, quando somos o povo da Europa com os mais baixos salários, apenas tendo como alternativa a emigração.

Finalizando, referiu que a Câmara Municipal deveria ter-se empenhado nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril e do Primeiro de Maio. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Eduardo Libânio apresentou uma moção contra a aplicação de herbicidas nos espaços públicos de Mafra, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO SEIS. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Sousa Silva, para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a autarquia está a desenvolver um programa alargado de valorização dos produtos endógenos, incluindo não só ouriço-do-mar, mas também o pão de Mafra, o queijo fresco saloio, os morangos do Sobral da Abelheira, o limão de Mafra, a canēja de infundice ou a raia seca, de modo a garantir a projecção turística e a valorização das actividades económicas do Concelho. No que diz respeito à recuperação de edifícios degradados, declarou que esta constitui uma prioridade, na óptica da preservação do património e da melhoria da habitabilidade urbana. Exemplificando, disse que a próxima intervenção decorrerá num edifício junto à Biblioteca Municipal de Mafra, na Rua Elias Garcia, no cruzamento com a Travessa do Sacristão. Em relação à situação referida na Estrada Nacional número nove, em Cheleiros, esclareceu que a sua resolução não depende da Câmara Municipal, mas sim das Estradas da Portugal (EP). No entanto, informou que já oficiou, nesse sentido, a EP. Em complemento, foram contactados os proprietários dos terrenos, os quais se mostram disponíveis para ceder, a fim de possibilitar o alargamento da estrada. No entanto, deu nota de que esta intervenção é cara, implicando uma muralha de contenção e um passeio. Mais informou que a Câmara Municipal apresentou o respectivo projecto à EP, tendo esta solicitado ajustes que estão a ser efectuados pela autarquia. De seguida, informou que a Câmara Municipal tem um projecto para construção de um passeio pedonal e ciclável entre Ribeira d'Ilhas e Ribamar, o qual foi proposto à EP, assim como um outro para a construção de uma rotunda em substituição do cruzamento triangular existente na Ericeira entre as estradas nacionais cento e dezasseis e duzentos e quarenta e sete. Relativamente ao estacionamento da Achada, deu nota de que a Câmara e a Junta de Freguesia iriam analisar a situação, mas que grande parte do problema, neste e noutros locais como as escolas, resulta de falta de civismo por parte dos condutores, não obstante a colocação de sinalização. No que concerne à CRIMA, a intervenção vai iniciar-se na próxima semana, uma vez que a mesma estava tecnicamente dependente do estado do tempo, e nomeadamente da ausência de pluviosidade, pois é necessário retirar grande quantidade de terra. Quanto à Escola Básica do Milharado, o problema da climatização está referenciado, em fase de resolução. Em relação aos moinhos da Malveira, esclareceu que estes são propriedade privada, mas que o respectivo Presidente da Junta iria tomar nota da sugestão. No que diz respeito à Alameda Leite Pinto, na mesma localidade, lembrou que no ano passado foi efectuada uma primeira limpeza, mas que é desígnio da Câmara e da Junta dar continuidade à mesma. Por último, e no que diz respeito à reestruturação do sector da água, o Executivo Municipal discorda do aumento do preço da água. Tanto assim é que a Câmara Municipal suporta, do seu orçamento, os aumentos que este ano seria necessário introduzir na factura dos consumidores, em virtude do contrato celebrado com a concessionária. Sobre a reestruturação do sector da água, declarou que nesta matéria há unanimidade no Conselho Metropolitano de Lisboa e que, enquanto Presidente em exercício do mesmo Conselho, solicitou uma audiência ao Presidente da República. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor José Graça que o Inventário em questão consta do ponto oito da ordem de trabalhos, nomeadamente nas páginas cento e trinta e quatro a cento e trinta e nove. -----

--- Finalizadas as intervenções no âmbito do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as recomendações e moções apresentadas. -----

--- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com vinte e três votos contra do PSD; três abstenções, das quais uma do CDS/PP e duas do PS; e onze votos a favor, dos quais sete do PS, três da CDU e uma do BE), rejeitar a recomendação dirigida à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, no sentido destas não apoiarem quaisquer eventos desportivos ou de outro tipo que contenham regulamentos ilegais e que evidenciam qualquer tipo de discriminação. Apresentou declaração de voto verbal o Senhor José Libânio, lamentando que os membros da Assembleia Municipal, do sexo feminino, tenham votado contra a presente recomendação quando há discriminação das mulheres no desporto. -----

--- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção relativa ao Primeiro de Maio. -----

--- Relativamente ao voto de pesar pelo falecimento de Mariano Gago, pediu a palavra o Senhor António Oliveira, questionando se os três pontos nele contidos – alíneas a), b) e c) – poderiam ser votados separadamente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se o proponente se opunha. -----

--- O Senhor José Graça declarou que as três propostas contribuem para elevar a memória de Mariano Gago. Não obstante, o PS está disponível para aceitar a votação em separado.-----

--- Procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alíneas a) e c) da proposta de voto de pesar. A Assembleia Municipal deliberou ainda rejeitar, por maioria (com vinte e três votos contra do PSD; duas abstenções, das quais uma do CDS/PP e outra do PS; e doze votos a favor, dos quais oito do PS, três da CDU e um do BE), a alínea b) da mesma proposta. -----

--- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria (com vinte e quatro votos contra, dos quais vinte e três do PSD e um do CDS/PP; nove abstenções do PS; e quatro votos a favor, dos quais três da CDU e um do BE), rejeitar a moção contra a aplicação de herbicidas nos espaços públicos de Mafra. Apresentou declaração de voto o Senhor Domingos Santos, declarando que, na proposta de moção, foram ditas algumas inverdades quanto ao produto em causa, quando o estudo efectuado não é conclusivo e existe, inclusivamente, uma recomendação da Organização Mundial de Saúde para que seja dada continuidade aos estudos. Mais declarou que, neste cenário, não se deve contribuir para alarmar as pessoas. -----

--- A Assembleia Municipal cumpriu um minuto de silêncio em memória de Mariano Gago. -----

--- Terminadas as intervenções no âmbito do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o período da ordem do dia, solicitando autorização para que o ponto referente à "Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e quinze" fosse votado depois do ponto relativo à "Prestação Económica do Ano de dois mil e catorze", na medida em que o primeiro integra o Saldo de Gerência. Ninguém se opôs. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, com o título "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que declarou nada mais ter a aditar face à documentação previamente distribuída.-----

--- Interveio o Senhor José Martinez, questionando quais as diligências efectuadas pela Câmara Municipal junto do Poder Central, a fim de receber as comparticipações referentes aos transportes e refeições escolares. Manifestou o seu temor de que idêntico processo de municipalização, relativo à Loja do Cidadão, traga custos para a autarquia e reflexos nos próprios impostos autárquicos, os quais se destinam a pagar serviços locais. Concluindo, disse que discorda da promiscuidade entre diferentes tipos de impostos. -----

--- No uso da palavra, a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo questionou como é que é feito o controlo da qualidade da fruta escolar que é fornecida pelas empresas e distribuída diariamente às crianças das escolas do primeiro ciclo do Concelho de Mafra, na medida em que teve conhecimento que nem sempre essa qualidade é boa.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que, quando as decisões são tomadas, elas são sempre baseadas no conhecimento recolhido, verificando-se que a experiência de outros Municípios onde existem Lojas do Cidadão é muito positiva, na perspectiva do melhor serviço ao cidadão. Mais respondeu que o Executivo Municipal presta um acompanhamento rigoroso ao serviço público que é prestado, o que é válido tanto para a questão dos transportes e refeições, como para a fruta escolar. Explicou que, para este fornecimento, foi lançado um concurso público, estando a Câmara Municipal sujeita à lei da oferta e da procura. Não obstante, e no que diz respeito à fruta escolar, os trabalhadores municipais comunicam as situações verificadas, informação esta que é determinante para que a Câmara Municipal possa avaliar se os fornecedores estão a cumprir devidamente o contrato. -----

--- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com o ponto número dois, "**Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila Velha**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para fazer a apresentação deste ponto juntamente com o seguinte, denominado "**Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Ericeira**", na medida em que, embora as áreas geográficas sejam distintas, os fundamentos das propostas são comuns. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concordou, esclarecendo que, embora a discussão fosse conjunta, os dois pontos seriam votados separadamente. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em aditamento à documentação previamente distribuída, recordou que, na anterior sessão, foi aprovada a delimitação de uma primeira ARU, na entrada sul da vila de Mafra. Explicou que se pretende, dando continuidade ao objectivo estratégico de reabilitação do património, delimitar duas novas ARU, tendo presente que, neste processo, o Município tem sempre responsabilidades primeiras, uma vez que, além de incentivar a recuperação do património privado por via dos incentivos fiscais e de financiamento previstos, este mecanismo implica a necessidade de realizar investimento público nos espaços públicos. De seguida, efectuou a apresentação das ARU propostas para a Vila Velha de Mafra e o Centro da Ericeira, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO SETE, salientando ainda os investimentos públicos previstos para cada uma delas. Por último, deu nota de que o Executivo está disponível para futuramente, e caso se verifique interesse, alargar as áreas agora propostas, além do que outras zonas urbanas podem motivar novas ARU, que estão a ser estudadas. -----

--- Interveio o Senhor José Graça, declarando que, tal como sucedeu na Vereação, o PS vai abster-se, pois entende que, embora a recuperação do património seja um desígnio do Partido, no seu entendimento estas propostas pecam por escassas. Considerou ser redutor que Câmara Municipal não vá mais longe, em benefício das famílias, condicionada pelo investimento público que tem de fazer nestes locais, perceptível pela contenção que o Presidente manifestou nas suas palavras. Declarou que a falta deste investimento público é reconhecida como um erro pela própria *troika*. Questionou qual o valor total do referido investimento público estimado para estas ARU e a razão pela qual esta proposta não é mais abrangente na vila da Ericeira, deixando de fora a Igreja de São Pedro, a Creche, o Salão Paroquial ou o quartel dos Bombeiros. Por último, perguntou se estas ARU estão contempladas no quadro comunitário de apoio, sendo que o programa Portugal 2020 tem cerca de três mil milhões de euros disponíveis para candidaturas municipais. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Domingos Santos esclareceu que, de acordo com a

documentação distribuída, apenas se verificou a abstenção de um dos Vereadores do PS, enquanto que os outros dois votaram a favor. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou que os documentos atestam esta votação. -----

--- Tomou a palavra o Senhor José Portela Tomás, dizendo que, ao fim de quarenta anos, nunca pensou defender uma ideia contra o seu partido. Disse que a melhoria das condições de habitabilidade do nosso Concelho não pode ser misturada com lutas partidárias. Mais disse que os autarcas são eleitos pelo povo e para defender as suas terras. Por essa razão, declarou que teria de votar ao lado do PSD, perante a falta de tacto político do seu partido. -----

--- Novamente no uso da palavra, o Senhor José Graça sustentou que os pontos que estão em discussão são claros, pelo que verifica que foram introduzidos outros factores, que não constam da ordem de trabalhos. Esclareceu que o PS se vai abster, conforme votou também em reunião de Câmara, na medida em que o Vereador que se absteve é, neste momento, o Presidente da Comissão Política Concelhia, pelo que representa o PS. Mais esclareceu que existe outros eleitos na lista do PS, que nem são militantes. Portanto, declarou que esta é uma situação do foro interno do PS, que não tem de ser trazida para este órgão. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2015/4462, elaborada em 14 de Abril de 2015, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, e documentos anexos, e considerando a memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objectivos estratégicos a prosseguir, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor (23 votos do PPD/PSD, 1 voto do CDS/PP, 3 votos da CDU, 1 voto do BE e 2 votos do PS (José Manuel Portela Tomás e Jorge Manuel Louro dos Santos) e sete abstenções do PS, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual, aprovar a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) da Vila Velha de Mafra em conformidade com a planta anexa, e o quadro fiscal associado aos impostos municipais sobre o património plasmado no ponto 5 da proposta anexa à referida Informação, nomeadamente, no que concerne aos benefícios fiscais a que se refere a alínea a) do artigo 14.º do referido diploma legal, estabelecer a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de conclusão da acção de reabilitação urbana, bem como a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões (IMT) para as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado localizado na área de reabilitação urbana, em conformidade, respectivamente, com os n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na sua redacção actual, e no que respeita a penalizações, fixar a majoração da taxa do IMI aplicável aos prédios urbanos degradados em 30 %, ao abrigo do disposto no artigo 112.º, n.º 8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sua redacção actual. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2015/4462, elaborada em 14 de Abril de 2015, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, e documentos anexos, e considerando a memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objectivos estratégicos a prosseguir, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor (23 do PPD/PSD, 1 do CDS/PP; 3 votos da CDU; 1 do BE e 2 votos do PS (José Manuel Portela Tomás e Jorge Manuel Louro dos Santos) e sete abstenções do PS, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual, aprovar a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) do Centro da Ericeira em conformidade com a planta anexa, e o quadro fiscal associado aos impostos municipais sobre o património plasmado no ponto 5 da proposta anexa à referida Informação, nomeadamente, no que concerne aos benefícios fiscais a que se refere

a alínea a) do artigo 14.º do referido diploma legal, estabelecer a isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de conclusão da acção de reabilitação urbana, bem como a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões (IMT) para as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado localizado na área de reabilitação urbana, em conformidade, respectivamente, com os n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na sua redacção actual, e no que respeita a penalizações, fixar a majoração da taxa do IMI aplicável aos prédios urbanos degradados em 30 %, ao abrigo do disposto no artigo 112.º, n.º 8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sua redacção actual. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro, **“Projecto de alteração da Tabela de Taxas do Município de Mafra - Artigo décimo segundo - Feiras de Levante — Reservados nas Feiras”**. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual acrescentou, face à documentação distribuída, que esta proposta constitui mais um contributo na dinamização das feiras de levante. -----

--- Não havendo intervenções, procedeu-se à votação. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, atentas as disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual e do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, na sua redacção actual, aprovar a alteração da Tabela de Taxas do Município de Mafra – Artigo 12.º - Feiras de Levante – Reservados nas Feiras, publicado através do Aviso n.º 1020/2015, do Município de Mafra, no Diário da República n.º 19, 2.ª Série, de 28 de Janeiro de 2015. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número cinco, **“Assunção de Compromissos Plurianuais”**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que, nos termos da Lei, se solicita autorização para a assunção dos compromissos plurianuais descritos na informação previamente distribuída, destacando o arrendamento de um terreno para construir um parque intermodal na Malveira, o arrendamento de um pavilhão para guardar os veículos que são rebocados da via pública, os serviços de telecomunicações e de *software*, a continuidade do contrato com o advogado que presta assessoria jurídica no âmbito das expropriações da auto-estrada. -----

--- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redacção actual, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor (22 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP) e onze votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 BE) e uma abstenção do PS (Jorge Manuel Louro dos Santos), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à Informação Interno/2015/4403, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número seis, **“Prestação de Contas do ano económico de dois mil e catorze”**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal efectuou uma introdução, nos termos do documento que se anexa à presente acta com a denominação de ANEXO OITO. De seguida, solicitou a intervenção do Vereador Hugo Moreira Luís, que fez a apresentação técnica dos documentos de Prestação de Contas, nos termos do documento que se anexa à acta com a denominação de ANEXO NOVE. -----

--- Interveio o Senhor José Martinez da Silva, dizendo que a CDU solicitou, ao Presidente da Assembleia, que a apresentação efectuada pela Câmara tivesse como referência o documento elaborado pela Price Waterhouse Coopers (PwC) e apresentado em Novembro de dois mil e treze, o qual perspectivava a evolução das

receitas da Câmara, com a aplicação do Imposto Municipal sobre Imóveis a zero vírgula cinco e também a zero vírgula três. Como essa apresentação não foi efectuada, declarou que desenvolveu esse exercício: com base no relatório de dois mil e treze e com o Imposto Municipal sobre Imóveis a zero vírgula cinco, o desvio seria, na altura, de menos cinco milhões e meio de euros, mas os resultados agora apresentados na Prestação de Contas apontam para dois milhões e novecentos mil euros. Explicou que este resultado favorável se converte em dez milhões e meio de euros, se adicionarmos os sete milhões e meio de euros que foram contabilizados como previsões, as quais considera ser descabido suportar num único ano económico. Mais explicou que se estas previsões fossem distribuídas pelos quatro anos do mandato, então o desvio favorável seria de mais de oito milhões de euros. Registou que o excedente de cobrança de impostos, relativo ao ano de dois mil e treze, não foi considerado como resultado do exercício, critério diferente do adoptado para as provisões, tendo sido registado directamente como resultado transitado do ano de dois mil e treze. Continuando a sua intervenção, referiu que a CDU analisou, também, o balanço, verificando que, no âmbito da Mafreduca, são apenas devidas, anualmente, as rendas contratadas, entendimento este que é o mesmo do anterior Executivo, portanto não são referidos os cento e vinte e sete milhões de euros devidos à Caixa Geral de Depósitos. Disse considerar que, se a Mafreduca foi objecto de descapitalização, apenas podemos verberar os autarcas que, embora em minoria no capital, assim o permitiram. No seu entendimento, as contas de dois mil e catorze mostram que o aumento do Imposto Municipal de Imóveis, decidida por esta Assembleia por proposta do Presidente da Câmara, assentou em falsas previsões encomendadas à PwC, pelo que é injustificado e injustificável. Concluiu, declarando que o voto da CDU não é apenas um voto contra as contas, mas de indignação contra a Câmara e a Assembleia. -----

--- No uso da palavra, a Dona Senhora Maria Beatriz Gonçalves referiu que uma das novidades do Orçamento de Estado para dois mil e quinze é a redução da taxa de habitação própria e permanente. Informou que os municípios podem fixar uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios com eficiência energética, no âmbito da fiscalidade verde, e ainda considerando o número de dependentes do agregado familiar. Mencionou que, entre dois mil e um e dois mil e onze, o número de crianças no Município de Mafra cresceu mais de sessenta por cento, estando na sexta posição dos municípios com maior número de crianças. Mencionou ainda que, segundo dados de dois mil doze, acentuou-se o risco de pobreza nas crianças, sendo que a composição do agregado familiar é um factor condicionante. Considerando que o número de famílias a residir no Concelho de Mafra com três ou mais crianças é elevado, questionou que benefícios têm essas famílias, quando as receitas provenientes do Imposto Municipal, em dois mil e catorze, ultrapassaram as previsões do Executivo em quase cerca de dois milhões de euros e para dois mil e quinze a estimativa é que o valor total seja superior a dezanove milhões de euros. No seu entendimento, estes números comprovam que o PS tinha razão quando defendeu o não aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo que as reavaliações dos imóveis iriam provocar um aumento automático da receita. Assim, apelou à redução imediata desta taxa, bem como de tarifas de água e outras de especial relevância, para que não se acentue em Mafra o risco de pobreza das famílias: da saúde financeira das famílias depende a saúde financeira da Câmara. --

--- Tomando a palavra, a Senhora Dona Ana Bela Gonçalves efectuou a leitura do documento que se anexa à acta com a designação de ANEXO DEZ, o qual constitui, também, a declaração de voto do CDS/PP. -----

--- Interveio o Senhor Bruno Ribeiro, destacando o trabalho realizado pelo Executivo e pelos trabalhadores municipais, em dois mil e catorze, na redução dos custos de funcionamento e na renegociação do passivo com credores, alcançando melhores condições para ultrapassar as dificuldades. Pronunciando-se sobre a constituição de previsões, disse que esta tem sempre duas leituras: porque é que esta não foi assegurada anteriormente; por outro lado, porque é que a mesma é feita agora. Declarou que, na sua opinião, a atitude tomada foi prudente, considerando as

decisões judiciais que estão pendentes. Relativamente ao investimento, mencionou que este tem apresentado uma tendência de redução, mas que tal representa a mesma lógica de prudência. No entanto, reconheceu que este Executivo tem feito um esforço enorme para continuar a garantir a qualidade de vida dos munícipes e que essa qualidade tem um custo. Em suma, é necessário estabilizar as contas e, ao mesmo tempo, realizar alguns investimentos que sejam necessários, ainda que, como diz o ditado popular, não possamos “fazer omeletes sem ovos”. -----

--- Novamente no uso da palavra, a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves alertou que não podemos matar as galinhas, porque assim elas não põem ovos. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos, tendo este solicitado a intervenção do Vereador Hugo Luís, o qual declarou ser importante não fazer demagogia com os números. Explicou que no relatório da PwC foram efectuadas estimativas de receitas e despesas recorrentes, com base zero, ou seja, pressupunha-se que dois mil e catorze fosse o primeiro ano, e sendo os seguintes baseados neste mesmo ano. Recordou que em dois mil e catorze estavam contemplados cerca de sete milhões de euros em receitas de capital, que não se concretizaram, portanto não seria possível cumprir a estimativa. No que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, lembrou que a estimativa foi feita em dois mil e treze, mas que o valor foi recebido em dois mil e catorze, logo positivo de grande significado deverá ser reflectido em fundos próprios. Mais explicou que a elaboração dos orçamentos tem por base a média dos últimos anos, pelo que a previsão foi feita de forma prudente, o que justifica o diferencial positivo. Por outro lado, acrescentou que em dois mil e catorze se registou uma execução da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis que ascendeu a noventa e sete por cento, quando em anos anteriores a média era de noventa e três. Concluiu, dizendo que todos estes factores contribuíram, positivamente, para os dois milhões de euros apontados. Retomando a sua intervenção, o Presidente da Câmara Municipal sublinhou que as contas apresentadas reflectem a reestruturação do passivo, a redução em sete milhões e meio de euros no pagamento de dívidas a terceiros e a diminuição dos custos de funcionamento em dois milhões e meio de euros, o que muito se deve à ajuda imprescindível que foi prestada pelos trabalhadores municipais. Finalizou, dizendo que estes números constituem uma motivação para continuar a trilhar o caminho da gestão rigorosa dos dinheiros públicos: estamos a aplicar correctamente o esforço colectivo em favor da nossa terra. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Prestação de Contas do Ano Económico de 2014, bem como a proposta de aplicação do resultado negativo no montante de 2.867.684,00€ (dois milhões oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro euros). Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou favoravelmente, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (23 do PPD/PSD e 1 PS (Jorge Manuel Louro dos Santos)), doze votos contra (3 votos da CDU, 1 do CDS/PP, 7 votos do PS e 1 voto do BE) e uma abstenção do PS (José Manuel Portela Tomás) os referidos documentos, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número sete, **“Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e quinze”**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a intervenção do Vereador Hugo Moreira Luís, que informou, em aditamento à informação distribuída, que a presente proposta contempla a transição do saldo de gerência de dois mil e catorze para dois mil e quinze, que faz aumentar o valor da receita. Por conseguinte, também na despesa é efectuada a mesma revisão, destacando os aumentos nas rubricas da requalificação do edificado municipal e das despesas com o pessoal. Explicou que estão também a ser abertas algumas rubricas para eventuais participações provenientes de fundos comunitários, em resultado de candidaturas. -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor do PPD/PSD, onze votos contra (7 votos do PS, 3 votos da CDU e 1 voto da BE) e três abstenções (2 votos do PS - José Manuel Portela Tomás e Jorge Manuel Louro dos Santos e 1 voto do CDS/PP) nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a 2.ª Revisão ao Plano de Actividades Municipal, apresentando o Orçamento da Receita as inscrições/ reforços no montante de 1.914.330,00€ (um milhão noventa e quatro mil trezentos e trinta euros), o Orçamento da Despesa as inscrições/ reforços no montante de 2.012.130,00€ (dois milhões e doze mil cento e trinta euros) e diminuições/ anulações no montante de 97.800,00€ (noventa e sete mil e oitocentos euros), o Plano Plurianual de Investimentos as inscrições/ reforços no montante de 1.027.800,00€ (um milhão e vinte sete mil e oitocentos euros) e diminuições/ anulações no montante de 23.615,00€ (vinte e três mil seiscentos e quinze euros) e o Plano de Actividades Municipal as inscrições/reforços no montante 570.505,00€ (quinhentos e setenta mil quinhentos e cinco euros) e diminuições/anulações no montante de 100.000,00€ (cem mil euros). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou, nos termos do regimento, a autorização dos membros para que a sessão se prolongue para além das vinte e quatro horas do dia vinte e três de Abril. Ninguém se opôs. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o sétimo e último ponto, denominado "**Relatórios e Contas do Ano de dois mil e catorze – Empresas Municipais e Associações**". Não se verificaram intervenções. -----

--- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual, apreciou os Relatórios e Contas do Ano de 2014 das entidades - Matadouro Regional de Mafra, S.A; Amagás – Associação de Municípios para o Gás; Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA; Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.; ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, C.R.L.; Simtejo-Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão; Amega – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água; Tapada Nacional de Mafra, CIPRL e Amtres - Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos. -----

--- Terminada a discussão da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de intervenção do público**, verificando-se as seguintes inscrições: Hélder Silva, em representação da Associação dos Dadores de Sangue do Concelho de Mafra; Eugénio Manuel Pacheco da Costa Ruivo, residente na Rua D. Dinis, número um, primeiro direito, Venda do Valador, Venda do Pinheiro; e Márcio Pedroso Timóteo, residente na Rua dos Lavadouros, Ramilo, Igreja Nova. ---

--- No uso da palavra, o Senhor Hélder Silva deu conhecimento da actividade desenvolvida pela Associação de Dadores de Sangue do Concelho de Mafra em dois mil e catorze, destacando-se a realização de quase sessenta colheitas, feitas em colaboração com as Juntas de Freguesia, as associações desportivas e recreativas e paróquias, das quais resultaram três mil e sessenta e nove inscritos, tendo sido recolhidas duas mil trezentas e trinta e nove dádivas. Neste sentido, informou que o Concelho de Mafra continua a ter uma excelente posição em termos de dádiva. Apelou a que este movimento voluntário se continue a consolidar, pois ainda não há forma de fabricar sangue. Por fim, procedeu à distribuição, aos membros da Assembleia, de agendas da Associação dos Dadores de Sangue do Concelho de Mafra e de revistas da Federação. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Eugénio Manuel Pacheco da Costa Ruivo, que efectuou uma intervenção nos termos do documento que se anexa à acta com a designação de ANEXO DEZ. -----

--- Interveio o Senhor Márcio Pedroso Timóteo, dizendo que a liberdade se conquista, também, pelo direito ao trabalho. Considerando a actual conjuntura económico-financeira, focou a oportunidade de desenvolver o emprego jovem, principalmente

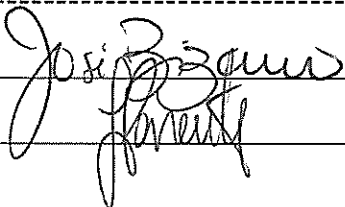
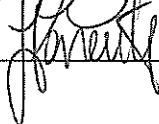
no Concelho de Mafra, onde o número de jovens é elevado. Assim, propôs a criação da bolsa de emprego jovem: de um lado, as empresas jovens; do outro, os jovens. As empresas deverão apresentar as suas necessidades à Câmara, à qual competirá fazer o trabalho de selecção dos currículos em função dessas necessidades. -----

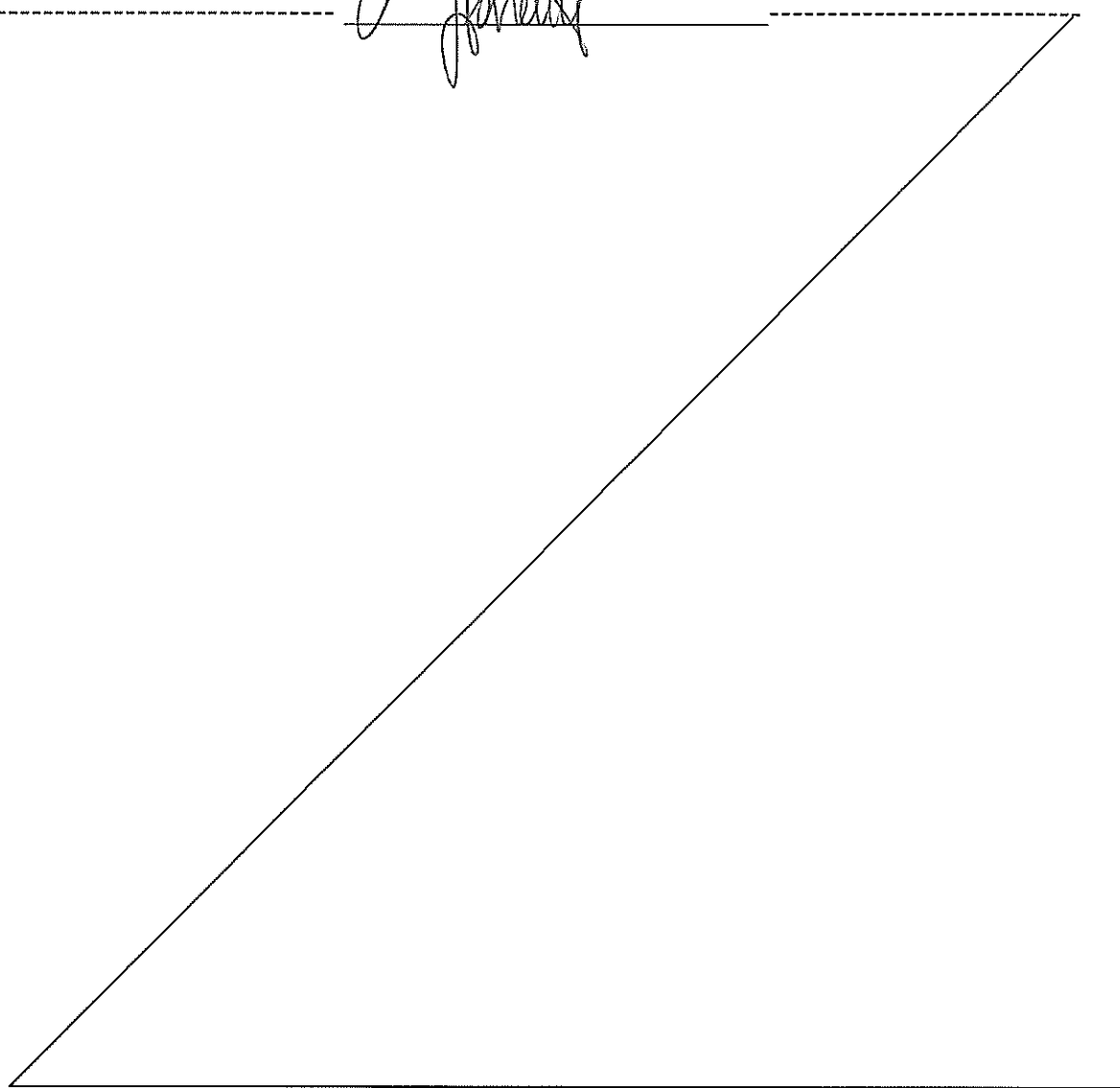
--- Finalizado o período de intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, na próxima semana, está agendada uma sessão extraordinária, dedicada à revisão do Plano Director Municipal. Pretendeu-se que os documentos fossem disponibilizados com a maior antecedência possível, dada a importância do documento. Mais informou que se verificou um erro administrativo nas declarações de rendimento dos membros da Assembleia, pelo que serão enviadas novas declarações. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e quinze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam quarenta e cinco minutos das zero horas do dia vinte e quatro de Abril. -----

--- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, Segundo Secretário da Mesa, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

-----  -----
-----  -----





41º aniversário do 25 de Abril de 74

AS primeiras palavras do Partido Socialista vão para agradecer aos Oficiais, Sargentos e Praças, sem esquecer uma justa evocação a tantos e tantos homens que estiveram na Guerra Colonial, que fizeram ajudaram a fazer Abril, sendo muitos oriundos do Concelho de Mafra

41 anos vão decorrer sobre o 25 de Abril de 74 no próximo sábado. 41 anos sem Mafra celebrar Abril com a dignidade que data merece. Há 41 anos atrás olhava-se o futuro com esperança e até com a certeza de um tempo melhor. E, apesar das vicissitudes dos anos que passaram, Abril cumpriu-se. Desde logo foi resgatada a liberdade, esse bem supremo que faz parte da natureza humana. Foi conquistada a democracia, **“o pior de todos os regimes, à exceção de todos os outros”**, porque o único que respeita a condição racional dos seres humanos e que faz a fronteira entre a civilização e a barbárie. E também porque o único que tolera e integra mesmo aqueles, que a seu coberto, o vilipendiam e, quantas vezes, contra ele conspiram, que hoje destrói Abril com a liberdade que Abril lhes trouxe.

O que nos diferencia hoje do Portugal do 24 de Abril? Diríamos, felizmente, quase tudo! Nesse Portugal deixado por Salazar só 30% dos jovens com 14 anos frequentava a escola. Em 1974 imperava o livro único e quatro anos bastavam. Em 1974 fechavam-se crianças nos galinheiros e a taxa de cobertura do pré-escolar era 8%. Em 40 anos de democracia essa taxa ultrapassou os 80%, graças a uma rede de pré-escolar que acolhe hoje cerca de 270.000 crianças. Em 40 anos de democracia chegámos a uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Só havia escolas secundárias nas cidades e os poucos jovens de todo o resto do país que tivessem a sorte de poder frequentar o ensino secundário, tinham também que ter as condições económicas mínimas para mudar da sua vila ou aldeia para a cidade, com 10 ou 11 anos de idade, e aí sobreviver, fora da família, na maior parte das vezes num quarto alugado. Em 1974 a taxa de escolaridade aos 17 anos era de 28%. Em 40 anos de democracia passou para 80%. Nesse antigo Portugal, por cada 100 crianças que chegavam à 4ª classe, apenas 20 continuavam para o ensino secundário e desses menos de metade o completavam e somente 2 obtinham um diploma universitário. Em 1974 a universidade era para uma escassa elite e para homens. Em 40 anos de democracia trouxemos para a universidade cerca de 370.000 portugueses, dos quais mais de metade são mulheres. Abril trouxe o ensino superior para o interior do país, abrindo novas oportunidades a milhares de jovens. Imagine-se o que seriam hoje cidades como a nossa sem os seus politécnicos ou universidades.

Mas, também nesse Portugal de Salazar não havia salário mínimo, a maioria dos trabalhadores era assalariada e não tinha férias, nem subsídios de Natal, nem direitos laborais e somente 30 % da população era coberta pela previdência ou segurança social e a esmagadora maioria da não tinha qualquer apoio na doença ou qualquer outra eventualidade.

Também nesse Portugal de Salazar, os poucos que tinham automóvel demoravam 4 ou 5 horas na viagem para Lisboa e, para o Porto ou para o Algarve, nem falar, pois tratava-se de uma empreitada que durava um dia inteiro e que necessitava de preparação cuidada.

Por isso, quando se ouvem alguns críticos da democracia com elogios explícitos ou implícitos a tais tempos, não posso deixar de pensar que esses mereciam mesmo voltar para lá. Mas não a maioria dos portugueses, que não têm culpa dessa atitude de alguns dos seus compatriotas devida, por vezes, aos seus privilégios, outras vezes ao seu egoísmo, outras ainda por simples ignorância e, até, por pura estupidez. Mas, a democracia até a estupidez



tolera! Mas, Abril cumpriu-se criando, nestas quatro décadas, uma democracia que nos permite viver em liberdade e um estado social, que, mesmo com os atrasos e limitações de que partiu, originou um Serviço Nacional de Saúde que não deixa ninguém de fora.

É por isso que, nestes tempos perigosos, é preciso estar disponível para defender a todo o custo tais instituições cujo risco de progressiva asfixia e degradação está a fazer o seu caminho. Abril também criou horários de trabalho aceitáveis e civilizados, direitos laborais, segurança social para todos os portugueses, pensões de reforma, estruturas para apoio aos idosos e à velhice.

Assim sendo, porque vivem hoje os portugueses tristes e amargurados com o presente e apreensivos com o futuro? Porque sentem que muito do que construíram nestes 41 anos está em acelerada desconstrução e que o futuro se apresenta cada vez mais negro. O acesso à saúde vai sendo cada vez mais condicionado pelo aumento de taxas e custos e a regressão já se mostra em diversos indicadores de saúde da população que, pioram pela primeira vez nos últimos 30 ou 40 anos. Na educação assiste-se a um acentuado abaixamento das condições de ensino nas escolas públicas, um caótico funcionamento orgânico pela tutela, com um aumento do número de alunos por turma, extinção de disciplinas curriculares, despedimento de professores, desaparecimento da educação de adultos, asfixia dos cursos profissionais (apesar dum discurso hipócrita sobre a sua necessidade) e desaparecimento dos apoios e das alternativas de percurso para os alunos com maior debilidade social, económica ou académica.

Um dos ministros da educação do anterior regime dizia que **“o pobre é para a enxada, pelo que não precisa mais do que saber ler e escrever”**, e assim, fez de Portugal o país com maior analfabetismo e mais baixas qualificações na Europa. Infelizmente há hoje a sensação de que alguns dos nossos governantes pensam o mesmo e que a crise, mais do que uma razão, parece ser uma desculpa para conseguir cumprir tais pensamentos. Porque, nem mesmo Salazar teve o desplante de fazer as famílias pagar a escolaridade primária, como nestes dias se ouviu propor. Crise, aliás, que, perante a incapacidade e incompetência na sua resolução parece motivar mais a procura de culpados do que a procura de mobilização para o seu combate.

Não vale a pena procurar culpados. Esses são fáceis de encontrar. São sempre os mais fracos. Os mais pobres, os mais velhos, as crianças, os desempregados. Que importa que o endividamento do sector empresarial português - após 2011 - ainda representa 220% do PIB?

Que importa se os cofres estão cheios, querendo acreditar nos que nos dizem, se as pessoas e as Famílias continuam cheios de dívidas. Continua a não haver um investimento sustentado porque, num país que herdou em 2011 um défice público de 97% vê 4 anos volvidos e após a maior carga de austeridade de que há memória a ter não uma luz ao fundo do túnel mas sim uma despesa pública que subiu para os 130%. Quem vai pagar? Como recuperar se não há confiança em quem nos promete uma coisa e faz outra?

É por isso que se torna ofensivo e até repulsivo ouvir lições de patriotismo ou de austeridade de quem enriquece com a pobreza dos outros.

Abril fez-se contra a resignação e o estado social construiu-se contra a resignação. Tal como Abril, também o estado social é dos portugueses. Não é dos governos, nem dos políticos, nem da administração do estado. É de todos os portugueses e, por isso, resistirá.

Viva o 25 de Abril

Assembleia Municipal de Mafra a 23 de Abril de 2015

Ponto Antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos. Senhores Vereadores

Órgãos de Comunicação Social

Digníssimo Público

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2014

A CDU analisou atentamente o Relatório ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2014 e gostaríamos de fazer algumas ressalvas.

Se é verdade que os documentos nos foram disponibilizados, também é verdade que frequentemente o foram com pouca antecedência.

Dada a importância das matérias e da sua complexidade a antecedência com que são disponibilizados é manifestamente insuficiente.

Por outro lado o envio de documentos em PDF feitos a partir de imagens e não de impressões directas e a mistura num único documento de vários documentos dificulta a leitura e análise.

A CDU já solicitou em anterior Assembleia Municipal ao Sr. Presidente da AM a alteração da forma como é elaborada a documentação, a enviar à AM, sem que tal tenha surtido qualquer efeito.

A CDU constata que o direito de Oposição só formalmente é cumprido.

Os eleitos da CDU

Maria Graça Figueiredo


Ponto Antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Membros da Assembleia
Exmos. Senhores Vereadores
Órgãos de Comunicação Social
Digníssimo Público

Para 15
Rejeitado com 23 votos do PSD;
a favor 7 votos do PS; e com
a abstenção de 1 voto do CDS,
2 votos do PS; e ainda com
3 votos da CDU e 1 voto do BE
a favor.

Permitam-me que vos leia um excerto de uma Resolução aprovada na AR por Iniciativa Parlamentar apresentada pela deputada **Rita Rato** (PCP) na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e que foi aprovada pelas restantes bancadas do (BE), (PS) e (PSD) relativamente às **Discriminações Entre Mulheres E Homens Nas Competições Desportivas**.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO n.º 169/XI RECOMENDA AO GOVERNO A TOMADA DE MEDIDAS DE COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES ENTRE MULHERES E HOMENS NAS COMPETIÇÕES DESPORTIVAS

“A prática desportiva por mulheres e raparigas encontra, no nosso país, vários obstáculos nos caminhos da igualdade. As discriminações persistem, quer no acesso à prática desportiva, quer nas competições e nas várias modalidades onde ainda existem muitas desigualdades, entre mulheres e homens.

Tais discriminações ferem, desde logo, o princípio constitucional da igualdade, plasmado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, que estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que ninguém pode ser prejudicado em razão do sexo.

Acresce que a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro) determina, no seu artigo 2.º, os princípios da universalidade e da igualdade, prevendo que «a actividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres.».

Sendo a igualdade entre mulheres e homens uma das tarefas fundamentais do Estado, é também uma responsabilidade inequívoca da Administração Central e Local e de todas as entidades públicas.

Também o III Plano Nacional para a Igualdade, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de Junho, vincula as entidades públicas e todas as pessoas que asseguram o serviço público ao cumprimento de tal desiderato, nomeadamente através da medida H do ponto 1.2 em que se assume a obrigação de «garantir que os subsídios, prémios, bem como outras distinções atribuídas ou apoiadas por entidades públicas ou por fundos públicos, nacionais ou comunitários, salvaguardem a perspectiva da igualdade de Género», chegando mesmo a incluir na medida D do ponto 2.7. a diminuição do *gender gap* nos prémios desportivos.”

O que ainda aconteceu em Mafra, em 2015, na Corrida dos Sinos é a **Segregação/Discriminação das mulheres que se pode observar na Desigualdade na atribuição de prémios às mulheres atletas nas provas desportivas, na qual se destaca os Prémios na classificação geral na Corrida dos Sinos, 15 Km (2015) - Regulamentos 2014/2015 (Amigos do Atletismo de Mafra).**

Ano	Mulheres/€	Homens/€
2014	1ª 150	1º 200
“	5ª 25	10º 50
2015	1ª 125	1º 150
“	8ª 25	15º 30

Chamamos a atenção para o facto da grande maioria das provas desportivas ser realizada com apoios financeiros, e não financeiros, de organismos do Estado, da administração central e local. Neste caso, tem o apoio directo da Junta de Freguesia de Mafra e da Câmara Municipal de Mafra.

Deste modo, não compreendemos que entidades públicas como a Câmara Municipal de Mafra e Junta de Freguesia de Mafra não apliquem a legislação em vigor, pelo que propomos que a Assembleia Municipal aprove uma Recomendação à Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia no sentido desta não apoiar quaisquer eventos que tenham regulamentos ilegais e que evidenciem qualquer tipo de discriminação.

O Regulamento da Corrida dos Sinos, importante competição desportiva do nosso Concelho é a prova de quão pertinente são, nos dias de hoje, as Comemorações do Dia Internacional da Mulher como uma jornada de luta em defesa da igualdade e da verdadeira emancipação da Mulher.

Obrigada

Os eleitos da CDU

Maria Graça Figueiredo



Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal de Mafra

1. Considerando o princípio constitucional da igualdade, plasmado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, que estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que ninguém pode ser prejudicado em razão do sexo.
2. Considerando o Projecto de Resolução N.º 169/XI que Recomenda ao Governo a Tomada de Medidas de Combate às Discriminações entre Mulheres e Homens nas Competições desportivas.
3. Considerando o que refere o III Plano Nacional para a Igualdade, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, nomeadamente através da medida H do ponto 1.2 em que se assume a obrigação de «garantir que os subsídios, prémios, bem como outras distinções atribuídas ou apoiadas por entidades públicas ou por fundos públicos, nacionais ou comunitários, salvaguardem a perspectiva da Igualdade de Género».

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida no dia 23 de Abril de 2015 aprovou uma Recomendação à Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia no sentido desta não apoiar quaisquer eventos desportivos ou de outro tipo que contenham Regulamentos ilegais e que evidenciem qualquer tipo de discriminação.

Mafra, 23 de Abril de 2015

Grace Figueiredo





Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Srs. Funcionários,

Comunicação Social,

Srs. Munícipes,

Boa Noite.

Em nome da bancada do Partido Socialista venho por este meio apresentar uma Moção para Saudação ao 1º de Maio.

MOÇÃO SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Há 129 anos atrás, em Chicago, no dia 1 de Maio de 1886, duas centenas de milhares de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo por isso impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais.



*Aprovado por unanimidade,
isto é, 37 votos a favor.*

Na Câmara de Mafra os trabalhadores têm vivido dias difíceis devido à recusa por parte do PSD em repor as 35 horas semanais.

João Bizarro

Festejar o 1º de Maio em 2015 será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também de todos os trabalhadores em geral e essencialmente dos trabalhadores portugueses e suas organizações sindicais bem como as demais organizações representativas dos trabalhadores que lutam por um trabalho com condições de higiene e segurança mínimas e por um salário justo e dignificante.

Festejar o 1º de Maio em 2015 não será apenas promover uma jornada cada vez mais simbólica de solidariedade para com os trabalhadores de todo o mundo que lutam diariamente pelo direito ao trabalho e por melhores condições de vida. Será também endossar da maneira mais veemente possível um forte apoio aos que, em pleno séc. XXI, lamentavelmente, ainda se vêm obrigados a lutar todos os dias pelos mais elementares e inalienáveis direitos sociais, políticos e humanos em regiões e países onde os mesmos continuam a não estar garantidos ou sequer a ser reconhecidos como tal.

Em Portugal, festejar o 1º de Maio será reafirmar Abril e os direitos corajosa e arduamente conquistados pelos trabalhadores portugueses.

Será lutar por salários justos e pensões decentes, pelo direito a um emprego com condições dignas, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e pela solidariedade internacional.

Celebrar o 1º de Maio, será lutar pelo desenvolvimento económico, pelo progresso social e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Assim, e porque celebrar o 1º de Maio é e será sempre tudo isto, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida hoje, dia 23 de Abril de 2015, deliberou emitir o seguinte:



- Uma saudação a todos os trabalhadores portugueses, particularmente aos trabalhadores Mafrenses e às suas Organizações Sindicais na passagem de mais um 1º de Maio, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta desenvolvida por uma sociedade mais justa e fraterna;

- Uma saudação aos incontáveis trabalhadores que por este mundo afora, nomeadamente em países onde não são reconhecidos os seus mais elementares direitos, continuam com persistência, esforço e determinação, sacrificando muitas vezes a sua própria vida, a lutar pela liberdade, pela democracia, pela paz e por aqueles que deveriam ser os seus mais básicos e inalienáveis direitos políticos, sociais e sindicais.

Disse.

* alínea a) e c) aprovadas por unanimidade (37 votos a favor)



* alínea b) rejeitada com 23 votos contra do PSD; com 1 voto do CDS e 1 voto do PS como abstenção; e com 8 votos do PS, 3 votos do CDS e 1 voto do PSD

Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Mariano Gago

Mariano Gago licenciou-se em Engenharia Electrotécnica, no Instituto Superior Técnico, tendo obtido o doutoramento em Física em Paris. Trabalhou como físico, no campo da aceleração e colisão de partículas no CERN em Genebra. Foi ministro da Ciência e da Tecnologia de 1995 a 2002, nos XIII e XIV Governos Constitucionais e ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior nos XVII e o XVIII Governos Constitucionais, de 2005 a 2011. Morreu no passado dia 17, em Lisboa.

O Professor Doutor José Rebelo Mariano Gago foi um inspirador, um sonhador, defensor enérgico. Um líder que, sem paragonas na comunicação social, foi capaz de criar as estruturas necessárias ao desenvolvimento da ciência em Portugal e que este país num membro de grandes organizações europeias. Em suma, fez da ciência portuguesa o que ela é hoje.

Que importância tem para o país o seu empenho? Que legado nos deixou? As respostas podem estar entre as centenas de cientistas Portugueses, que já são referências mundiais ou ter criado as condições para que Portugal tenha entrado na alta-roda da investigação científica, ou que Portugal passa-se a ter parcerias com as maiores instituições científicas internacionais como a americana MIT, ou que Portugal disponha hoje de meia dúzia de empresas a trabalhar para a NASA e para a Agência Espacial Europeia, organizações que estudam e constroem o futuro.

José Mariano Gago pertencia a um grupo muito restrito de pessoas a quem nunca se ouviu uma intervenção pública sem que não dissesse algo substantivo e interessante, que nos obrigava a reflectir. Mariano Gago estava na política por razões substantivas, porque tinha uma ideia para Portugal e uma estratégia para a pôr em prática. Tinha a ambição de ajudar a construir uma sociedade europeia de bem-estar para todos, por paixão e por dever de cidadania, e nunca para agradar a algum poder ou servir um partido.

Mariano Gago ficará para sempre associada ao Parque das Nações através do Pavilhão do Conhecimento e da criação do programa Ciência Viva, em 1996, que promoveu numa real democratização do acesso ao conhecimento científico. Por essa razão, estamos certos, toda esta Assembleia Municipal estará unida numa proposta de atribuição do nome de José Mariano Gago ao actual "Pavilhão do Conhecimento Ciência Viva".

A Bancada dos eleitos do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mafra, na sua reunião de 23 de Abril de 2015, delibere:

- Apresentar à Sua família as mais sentidas condolências.
- Recomendar à CM Mafra que o nome do Prof. Dr. Mariano Gago seja atribuído a uma artéria do Concelho e/ou a um espaço público relevante.
- Observar um minuto de silêncio, em sua memória.

Rejeitado com 23 votos do PSD e 1 voto do CDS, com 9 votos do PS como absterção; e com 3 votos do CDU e 1 voto do BE a favor.

Mocção

Contra a aplicação de herbicidas nos espaços públicos de Mafra

No país tem-se generalizado o uso de herbicidas, pelas autarquias locais, para o controle da vegetação espontânea e infestantes nos espaços públicos. A utilização destes produtos fitofarmacêuticos deve-se sobretudo à facilidade e rapidez na aplicação, assim como a razões económicas, numa altura em que as autarquias têm assistido a uma redução da transferência de verbas da administração central.

Embora algumas autarquias aleguem que os herbicidas são homologados, a verdade é que a maioria dos estudos que contribuem para essa mesma homologação são provenientes e/ou financiados pelas mesmas empresas que os comercializam.

Este mês, a Organização Mundial de Saúde, através da sua estrutura especializada IARC - Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, sediada em França, declarou o glifosato, juntamente com outros pesticidas organofosforados, como "cancerígenos para o ser humano".

O glifosato é o herbicida mais usado em Portugal, sendo comercializado por empresas como a Monsanto, Bayer e Syngenta. E é vendido livremente em estabelecimentos comerciais. O seu consumo duplicou na última década no nosso país, tendo sido aplicadas só para fins agrícolas mais de 1400 toneladas só em 2012.

No Concelho de Mafra tem-se assistido frequentemente à aplicação de produtos fitofarmacêuticos nos espaços públicos.

A aplicação de herbicidas, com destaque para aqueles cuja substancia ativa é o glifosato, constitui um risco para o ambiente e saúde pública. Face aos impactos dos herbicidas, a Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE, refere que "em zonas urbanas e de lazer só devem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos".

Em Março de 2014, aquando da campanha internacional “Semana Sem Pesticidas”, a associação ambientalista Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora, desafiaram as autárquicas a deixarem de utilizar herbicidas em espaços urbanos, assim como aderirem ao “Manifesto de Adesão - Autarquias Sem Glifosato”.

Cientes dos riscos que podem advir para o ambiente e saúde, a população e organizações ambientalistas têm vindo a exigir que não seja permitida a aplicação de herbicidas no espaço público, havendo outros métodos alternativos, alguns ancestrais para o controle da vegetação e infestantes.

Sendo o glifosato um produto considerado cancerígeno pela OMS e aplicando o princípio da precaução, conforme as gerações anteriores nos ensinaram: “melhor prevenir do que remediar” a Assembleia Municipal de Mafra:

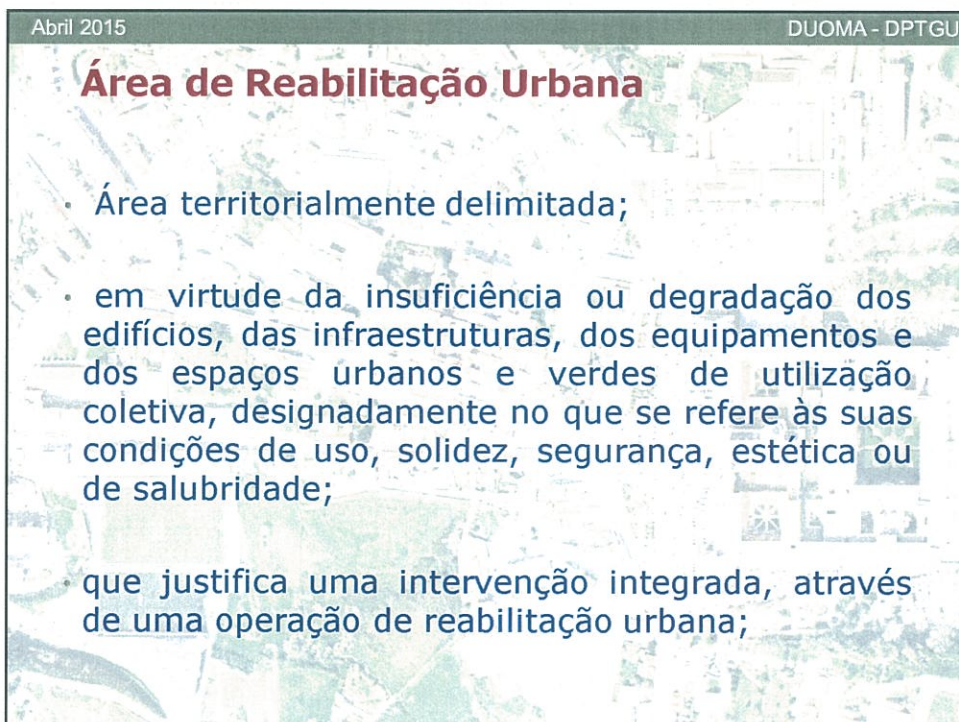
- 1- Expressa o seu descontentamento pela aplicação de herbicidas nos espaços públicos do Concelho;
- 2- Recomenda às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal que não apliquem herbicidas;
- 3- Recomenda às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal a adesão ao “Manifesto de Adesão - Autarquias Sem Glifosato”;

Mafra, 23 de abril de 2015

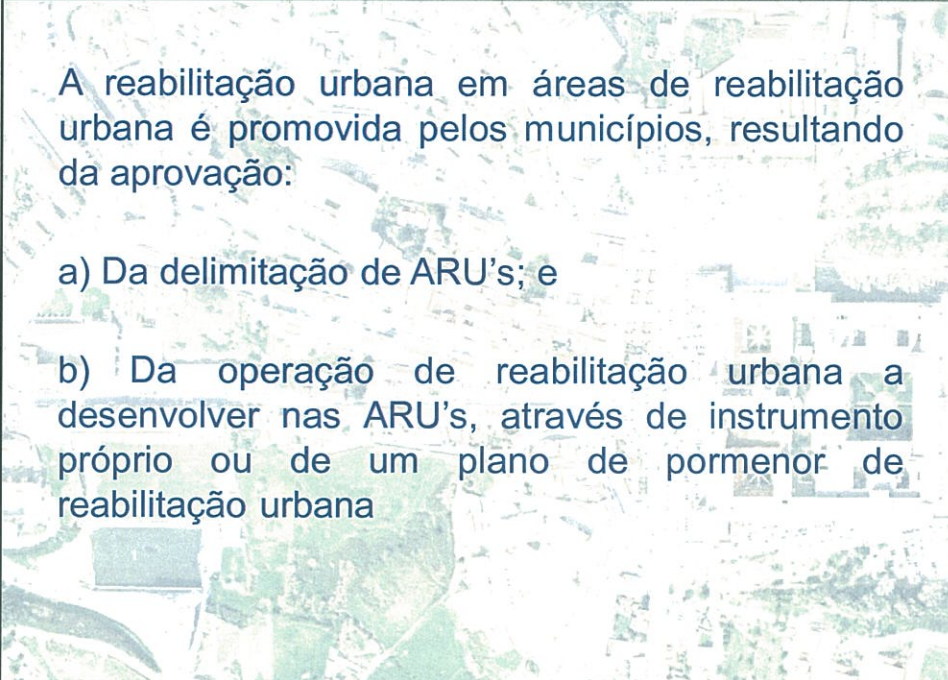


Grace Figueiredo





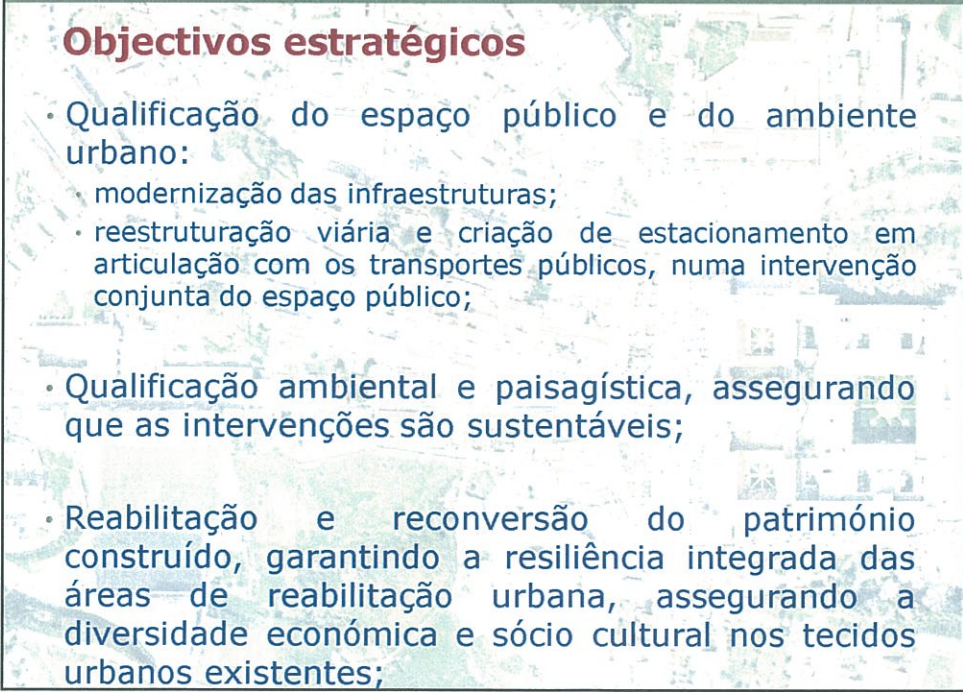
Abril 2015 DUOMA - DPTGU



A reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana é promovida pelos municípios, resultando da aprovação:

- a) Da delimitação de ARU's; e
- b) Da operação de reabilitação urbana a desenvolver nas ARU's, através de instrumento próprio ou de um plano de pormenor de reabilitação urbana

Abril 2015 DUOMA - DPTGU



Objectivos estratégicos

- Qualificação do espaço público e do ambiente urbano:
 - modernização das infraestruturas;
 - reestruturação viária e criação de estacionamento em articulação com os transportes públicos, numa intervenção conjunta do espaço público;
- Qualificação ambiental e paisagística, assegurando que as intervenções são sustentáveis;
- Reabilitação e reconversão do património construído, garantindo a resiliência integrada das áreas de reabilitação urbana, assegurando a diversidade económica e sócio cultural nos tecidos urbanos existentes;

Abril 2015

DUOMA - DPTGU

Objectivos estratégicos

- Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- A promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer, em complementaridade das funções das áreas a reabilitar, desenvolvendo de forma integrada o concelho de Mafra como um destino turístico de oferta diversificada;





Abril 2015

DUOMA - DPTGU

Benefícios Fiscais

A delimitação de uma área de reabilitação urbana:

- Obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o IMI e o IMT;
- Confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável - artigo 71.º Estatuto dos Benefícios Fiscais

Abril 2015

DUOMA - DPTGU

Benefícios Fiscais

IMI - Isenção por um período de 5 anos, a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;

IMT - Isenção de pagamento nas aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;

IRS - Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500;

Mais-Valias - Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU.

Penalização - IMI - Acréscimo de 30% no valor do IMI para edifícios degradados. A identificação destes edifícios é da competência da Câmara Municipal.





PREÂMBULO

Definitivamente, foram 365 dias de responsabilidade. E esta é a mensagem subjacente à extensa informação numérica disponível nas muitas páginas que compõem os Documentos de Prestação de Contas 2014.

A responsabilidade mede-se, em primeiro lugar, na gestão rigorosa. Porque a Câmara Municipal de Maфра não podia, nem pode, estar financeiramente debilitada.

Da saúde das contas municipais depende o pagamento dos vencimentos dos trabalhadores e dos serviços dos fornecedores; mais ainda, e não menos importante, dessa saúde financeira depende a qualidade dos serviços essenciais que são prestados às pessoas, tanto a segurança das estradas, o abastecimento de água ou a recolha dos resíduos, como as refeições escolares ou os apoios sociais; em suma, dessa saúde financeira depende a capacidade de assegurar a atractividade do território para captar investimentos, para criar postos de trabalho e, deste modo, para gerar riqueza!

Neste primeiro ano de mandato, não nos limitámos a honrar os compromissos assumidos... o que, só por si, foi uma tarefa hercúlea! Contribuímos para a redução do endividamento em 7,5 milhões de euros através de uma exigente, mas eficaz renegociação com os credores, em particular a dívida associada à construção da auto-estrada A21 e às rendas das escolas.

Ao mesmo tempo, assegurámos o necessário equilíbrio entre a receita e a despesa: quer através de uma política de fiscalidade sustentável – a decisão foi muito difícil, não posso deixar de dizê-lo, mas as contas provam que, sem o contributo adicional da receita proveniente do IMI, estaria seriamente comprometida a capacidade municipal actual e futura; quer ainda através de uma diminuição efectiva dos custos de funcionamento da própria Câmara, na ordem dos 2,5 milhões de euros. Por último, acresce que, na óptica da gestão prudente, se procedeu à constituição de provisões, no montante de 7,5 milhões de euros, para processos judiciais em curso, em especial os referentes às expropriações efectuadas para construção da auto-estrada A21.

A responsabilidade mede-se, em segundo lugar, na gestão solidária. Porque se pensou o território como um todo que é resultado da convergência estratégica de partes interdependentes. E assim, para além da urgente recuperação financeira, foram lançadas as bases para um novo posicionamento municipal.



O tempo da infra-estruturação deu lugar à valorização do território. Tal mudança não fica somente a dever-se à conjuntura económica, que inquestionavelmente condiciona a capacidade de fazer obra; antes, é o resultado de uma opção estratégica, conscientemente assumida.

Assim, privilegiaram-se soluções quotidianas de proximidade, resolvendo eficazmente os efectivos problemas que afectam o bem-estar diário das famílias, da conservação das estradas à construção de passeios, passando pela limpeza urbana ou pela iluminação pública.

Por outro lado, incrementaram-se soluções geradoras de sinergias em matéria de gestão do património edificado, na dupla óptica da poupança de recursos escassos e da defesa da memória colectiva. Por isso, cedemos edifícios municipais às associações locais, dando nova vida às comunidades através de ofertas culturais, desportivas e sociais que alimentam afectividades e memórias consolidadas. Por isso também, modernizámos o património municipal para lhe dar novos usos, disponibilizando serviços que até agora eram inexistentes.

A responsabilidade mede-se, em terceiro e último lugar, na gestão global. Porque, ainda que as competências autárquicas se circunscrevam às fronteiras geográficas do território local, elas foram assumidas na perspectiva da projecção nacional e internacional desse mesmo território. Só assim é possível captar visitantes e turistas, investimentos e negócios.

Neste contexto, e para além das competências ditas tradicionais, o ano de 2014 ficou marcado pelo arranque de um oportuno trabalho de dinamização turística, mas também económica.

No âmbito do turismo, a Câmara Municipal investiu na promoção da oferta associada às suas marcas identitárias e, muito especialmente, evidenciou a histórica ligação concelhia à música. Da divulgação dos seis órgãos históricos da Basílica, através do ciclo de concertos e do prémio internacional de composição, até ao apoio prestado à recuperação dos carrilhões, salientando também a instalação do Museu Nacional da Música e a criação do Conservatório de Música de Mafra, o objectivo passa por inscrever o nosso território em novos circuitos culturais.



Já no âmbito económico, efectuou-se a identificação das potencialidades endógenas do Concelho de Mafra e a definição de um novo posicionamento geoestratégico. Em segundo lugar, fomentou-se a criação de um ambiente institucional que estimule a modernização económica, desde o lançamento de uma marca que está ao serviço das empresas e das instituições ao desenvolvimento de uma relação de proximidade e estreita colaboração com os agentes económicos locais, incluindo ainda a constituição de incubadoras de negócios.

Em conclusão, os resultados alcançados em 2014 confirmam a oportunidade das opções definidas, ainda que muitos dos seus reflexos só se venham a sentir nos anos seguintes.

A responsabilidade na gestão rigorosa, na gestão solidária e na gestão global constitui-se, assim, como o prelúdio de um exercício sem dúvida exigente, mas pensado com sentido de futuro.

Volvidos 365 dias, não posso deixar de endereçar uma palavra obrigatória de reconhecimento a todos aqueles que partilharam a asserção de que o sucesso desse todo que é Concelho de Mafra depende de uma convergência estratégica de partes interdependentes: os autarcas, e muito especialmente os Executivos das Juntas de Freguesia, que demonstraram que o Poder Local pode ser um factor de união e de alavancagem do território; os trabalhadores da Câmara Municipal, que foram incedíveis no profissionalismo e, sobretudo, no espírito de serviço; e os munícipes, que corresponderam ao esforço que lhes tem sido pedido.

A responsabilidade – essa missão colectiva – continua em 2015!

Mafra, 17 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

(Hélder Sousa Silva)



Apresentação

Execução Orçamental – Receita e Despesa

Execução das GOP (Grandes Opções do Plano)

Saldo Global Efectivo da Execução Orçamental

Equilíbrio Orçamental

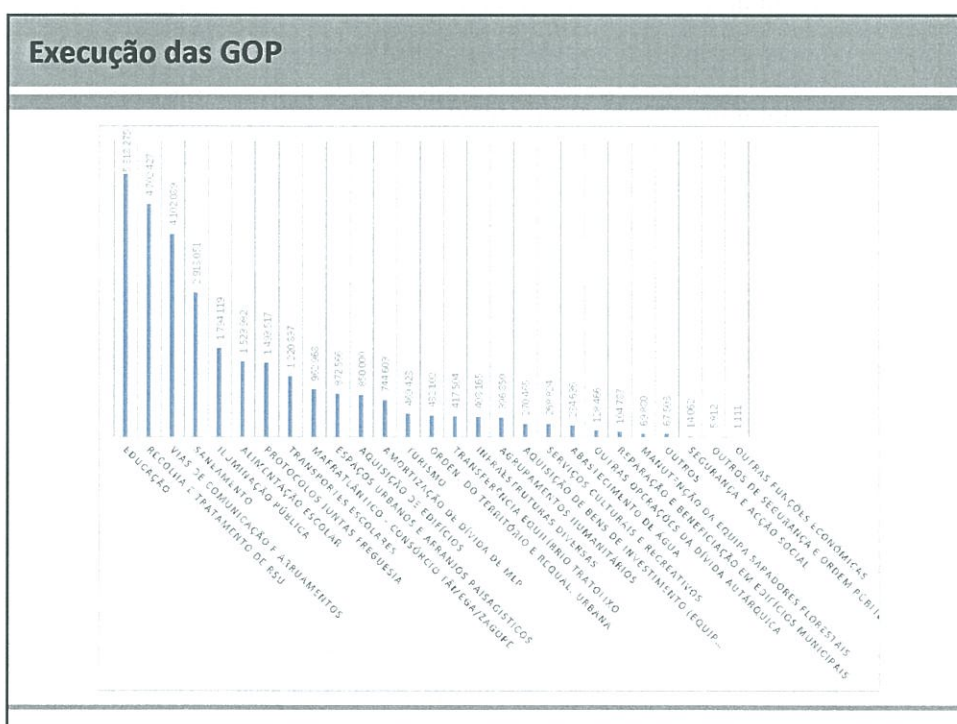
Demonstração dos Resultados

Balanço

Endividamento

Execução orçamental – Receita e Despesa					
(Unidade: Euro)					
Receitas	Dotação Corrigida	Liquidada	Cobrada bruta	Desvio	Taxa de execução
Correntes	45 685 075	48 013 435	47 389 878	1 704 803	104%
Capital	22 506 155	4 927 035	4 927 035	-17 579 120	22%
Outras	1 644 460	1 740 550	1 737 999	93 539	106%
Total	69 835 690	54 681 020	54 054 912	-15 780 778	77%

(Unidade: Euro)					
Despesas	Dotação Corrigida	Despesa realizada	Despesa paga	Desvio	Taxa de execução
Correntes	43 589 190	43 331 435	39 957 338	-3 631 852	92%
Capital	26 246 500	14 037 595	12 183 271	-14 063 229	46%
Total	69 835 690	57 369 031	52 140 609	-17 695 081	75%



Saldo Global Efectivo da Execução Orçamental

Designação	(Unidade: Euro)		
	2012	2013	2014
Receitas correntes	44 576 371	40 902 374	47 389 878
Receitas de capital	5 825 753	6 884 365	4 927 035
Outras receitas	13 044	31 570	93 544
Receitas totais	50 415 169	47 818 309	52 410 457
Despesas correntes	36 070 188	33 558 595	39 957 338
Despesas de capital	16 831 340	17 218 998	12 183 271
Despesas totais	52 901 528	50 777 593	52 140 609
Saldo corrente	8 506 183	7 343 779	7 432 540
Saldo de capital	-11 005 587	-10 334 633	-7 256 236
Saldo das outras receitas	13 044	31 570	93 544
Saldo global efectivo	-2 486 360	-2 959 285	269 848
Saldo de gerência do ano anterior	7 090 102	4 603 743	1 644 458
Saldo de gerência para o ano seguinte	4 603 743	1 644 458	1 914 306

Equilíbrio Orçamental

(Unidade: Euro)	
Receitas correntes	47 389 878
Despesas correntes	39 957 338
Poupança corrente	7 432 540
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	670 753
Equilíbrio orçamental	6 761 788

Demonstração dos resultados - Custos

(Unidade: Euro)			
Custos	2012	2013	2014
Custo das matérias consumidas	290 638	242 641	319 471
Fornecimentos e serviços externos	19 356 393	19 122 061	17 841 855
Custos com pessoal	13 209 254	14 556 448	13 571 832
Transf. e Subs. correntes concedidos	2 354 929	2 814 032	2 511 354
Amortizações do exercício	13 399 123	13 676 188	13 627 126
Provisões do exercício	0	58 488	7 592 544
Outros custos operacionais	152 261	95 579	53 906
Custos e perdas financeiros	1 953 960	441 308	252 850
Custos e perdas extraordinários	836 137	711 827	616 197
Total de Custos e Perdas	51 552 695	51 718 572	56 387 136

Demonstração dos resultados - Proveitos

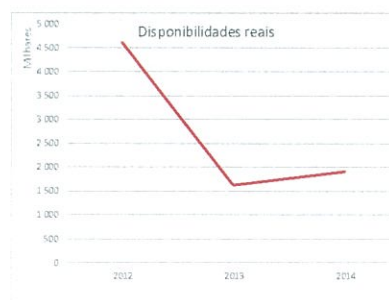
(Unidade: Euro)			
Proveitos	2012	2013	2014
Vendas e prestações de serviços	8 076 000	7 743 858	7 449 579
Impostos e taxas	23 131 933	24 261 552	29 499 580
Proveitos suplementares	229 754	104 899	165 261
Transferências e subsídios obtidos	12 621 415	12 832 434	12 301 118
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 792	2 304	2 102
Proveitos e ganhos financeiros	865 779	561 964	507 398
Proveitos extraordinários	3 334 905	2 629 735	3 594 414
Total de Proveitos e Ganhos	48 262 577	48 136 746	53 519 452
Resultados Operacionais	-4 700 704	-5 620 390	-6 100 449
Resultados Financeiros	-1 088 182	120 656	254 549
Resultados Correntes	-5 788 886	-5 499 734	-5 845 901
Resultado Líquido do Exercício	-3 290 118	-3 581 826	-2 867 684

Balanço - Activo

(Unidade: Euro)			
Activo	2012	2013	2014
Imobilizado e investimentos	244 846 028	242 127 348	235 919 770
Existências	44 356	38 964	48 450
Dívidas de terceiros - cp	962 036	1 317 596	497 417
Depósitos em if e caixa	5 467 488	2 757 672	2 953 909
Acréscimos e diferimentos	19 037 197	20 914 305	26 327 697
Total do Activo	270 357 105	267 155 886	265 747 244

Activo - disponibilidades

(Unidade: Euro)			
Designação	2012	2013	2014
Depósitos em if e caixa	5 467 488	2 757 672	2 953 909
Operações de tesouraria	863 745	1 113 214	1 039 603
Total	4 603 743	1 644 458	1 914 306



Balanço – Fundos próprios e passivos

(Unidade: Euro)			
Fundos Próprios e Passivo	2012	2013	2014
Património	180 022 007	180 274 586	181 801 493
Ajustamentos de partes de capital	462 379	4 447 211	4 346 396
Reservas	1 485 070	1 485 070	1 485 070
Doações	3 476 274	3 547 264	3 855 972
Reservas da transf. de activos	0	0	57 530
Outras reservas	0	-10 283 586	-9 396 944
Resultados transitados	23 754 378	17 600 197	16 047 549
Resultado líquido do exercício	-3 290 118	-3 581 826	-2 867 684
Total dos Fundos Próprios	205 909 990	193 488 915	195 329 383
Provisões	0	1 606 187	7 801 175
Dívidas a terceiros mlp	10 716 259	8 972 324	15 847 787
Dívidas a terceiros cp	12 927 118	22 374 951	7 363 997
Acréscimos e diferimentos	40 803 737	40 713 509	39 404 902
Total do Passivo	64 447 115	73 666 970	70 417 861
Total dos Fundos Próprios e Passivo	270 357 105	267 155 886	265 747 244

Componentes do passivo

(Unidade: Euro)			
Dívidas a terceiros	2012	2013	2014
Dívidas a médio e longo prazo	10 716 259	8 972 324	15 847 787
Dívidas a curto prazo	12 927 118	22 374 951	7 363 997
Total	23 643 378	31 347 275	23 211 784



Passivo – estrutura das dívidas a terceiros

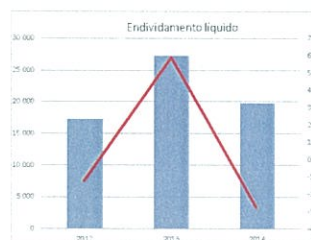
Estrutura da dívida a terceiros	2012	2013	2014
Dívidas a Médio e Longo Prazo	45%	29%	68%
Dívidas a Curto Prazo	55%	71%	32%
Total das dívidas a terceiros	100%	100%	100%



Endividamento

(Unidade: Euro)

Endividamento líquido	2012	2013	2014
ACTIVO			
Dívidas a receber	962 036	1 317 596	497 417
Disponibilidades	5 467 488	2 757 672	2 953 909
Total	6 429 523	4 075 269	3 451 326
PASSIVO			
Dívidas a terceiros cp	12 927 118	22 374 951	7 363 997
Dívidas a terceiros mlp	10 716 259	8 972 324	15 847 787
Total	23 643 378	31 347 275	23 211 784
Endividamento líquido	17 213 854	27 272 006	19 760 458
Endividamento líquido (variação %)	-12%	58%	-28%





Mafra, 23 de Abril de 2015

Declaração de voto

Ponto 8. Prestação de Contas do Ano Económico de 2014

A prestação de contas que nos é apresentada anualmente é, sem dúvida, um dos documentos mais basilares da gestão do município.

É um reflexo claro das opções políticas da governação local, em que estão em evidência as suas linhas mestras.

Gostaríamos de destacar em primeiro lugar o défice de **2 milhões e 800 mil euros**, sendo especialmente preocupante o valor negativo dos resultados operacionais que se agravou em **meio milhão de euros**.

É evidente o aumento dos custos operacionais da Câmara Municipal de Mafra, sendo este aumento atenuado pela subida das receitas dos impostos. A cobrança de taxas e impostos subiu **5 milhões de euros!**

Entendemos que não é este o caminho.

Os resultados que nos são apresentados revelam uma opção clara de manter uma política fiscal agressiva para suportar um custo de funcionamento da Câmara Municipal demasiado elevado.

Não nos revemos na estratégia que suporta esta política fiscal e orçamental, pelo que votaremos contra o relatório apresentado.

O Grupo Municipal do CDS-PP
Ana Bela Castanheiro Costa

Exmo. Sr. Presidente da Mesa
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Exmos. Membros da Assembleia
Exmos. Senhores Vereadores
Órgãos de Comunicação Social
Digníssimo Público

No passado dia 12 Abril por iniciativa do clube "*Os Amigos de Atletismo de Mafra*", realizou-se a Corrida dos Sinos 15 Km e a Prova dos Sininhos com o apoio de diferentes organizações, assim como da Câmara Municipal de Mafra e da Junta de Freguesia de Mafra.

No ano anterior, e após o conhecimento do regulamento vários atletas estranharam que no quadro da atribuição dos prémios da classificação geral masculino e feminino as mulheres fossem discriminadas.

Disse-mos na altura "*Esperar para ver como São Tomé*" e o facto é que o regulamento de 2015 manteve a discriminação dos prémios atribuídos às mulheres.

Ora lembramos que como princípio constitucional o artigo 13º da CRP, diz-nos «(...) que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que ninguém pode ser prejudicado em razão do sexo».

Lembramos igualmente que o artigo 79º da CRP, diz-nos que:

- 1- Todos têm direito á cultura física e ao desporto.
- 2- Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Neste sentido a Assembleia da República em 9 de Julho de 2010, adoptou a Resolução n.º 80/2010, recomendando ao Governo que «(...) adopte todas as medidas necessárias à eliminação das desigualdades nos prémios desportivos (...)».

Pergunta

Deste modo, gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal de Mafra sobre esta discriminação dos prémios atribuídas às mulheres configuradas no regulamento da corrida dos Sinos?

Por outro lado que medidas vai adoptar para por fim à sua discriminação, nesta como em qualquer prova desportiva que se venha a realizar no concelho com o respetivo apoio público financeiro ou não financeiro da CMMAfra?

Questão

Atendendo a que o dia 25 Abril como resultado do levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), seguido do levantamento popular e na qual uma força da EPI de Maфра tivera uma ação preponderante que contribui para o fim do regime fascista que vigorava já há 48 anos:

Pergunta

Gostaria também de saber porque a CMMAfra não faz no próximo dia 25 Abril uma sessão solene?

Por último

Proponho uma **homenagem** com uma **salva de palmas** aos antifascistas de Maфра nas pessoas de (**Ismael Gonçalves** e **Carlos Simões**) que com muitos outros portugueses, corporizaram a resistência (no concelho de Maфра) no combate a um regime hediondo que a tudo perseguia, desde que não estivessem de acordo com o regime da ditadura. Com essa atitude de coragem, determinação não abdicaram das suas ideias e por isso sofreram com a prisão, as torturas do sono, da estátua infligidas pela PIDE...

Proposta

Atribuição do nome de uma rua em nome de Carlos Simões.

Viva o 25 Abril!

Fascismo Nunca Mais!

Dia 23 Abril de 2015.

Eugénio Manuel Pacheco da Costa Ruivo